

**Helena Carreiras**

Ministra da Defesa Nacional

**Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, no Debate de Especialidade OE2022 em sede da Comissão de Defesa Nacional**

Assembleia da República, 09 de maio de 2022

Senhores Presidentes,

Senhoras e Senhores deputados,

Muito bom dia,

É um gosto estar aqui na Assembleia da República para apresentar e discutir o orçamento da Defesa Nacional para 2022. Estou certa de que serão muitas e frutíferas as interações entre o Governo e a Assembleia da República nesta importante área de soberania, que tenho orgulho em tutelar. Saúdo todas as senhoras e senhores deputados e desejo-lhes as maiores felicidades no seu mandato.

Este orçamento reafirma a prioridade atribuída às Forças Armadas, assegurando o cumprimento de objetivos estratégicos consagrados no programa de governo, e simultaneamente

respondendo às novas exigências impostas à Defesa nacional e à segurança internacional pela Guerra na Ucrânia.

O orçamento prevê **2.507 M€** em **dotação global para 2022**, representando um crescimento de **2,5%** face à estimativa de **execução orçamental de 2021**. Tratando-se de um crescimento positivo, este é um **orçamento de continuidade que mantém uma política de reforço do investimento em defesa**.

Dado o contexto da sua apresentação e a sua vigência remanescente de pouco mais de meio ano, é também um orçamento que terá de se articular com 3 outros processos importantes para a Defesa Nacional que se vão suceder muito rapidamente, ainda este ano: **a revisão da Lei de Programação Militar, a revisão da Lei de Infraestruturas Militares e a elaboração do orçamento para 2023**.

Neste quadro, é para mim claro que o reforço da Defesa, que sei que muitos de vós aqui desejam e que eu também desejo, exige **planeamento, progressividade e articulação de medidas.**

Na verdade, encontramos-nos perante um novo ciclo estratégico, quer a nível nacional, quer a nível do contexto europeu em que nos inserimos, que passa pela aprovação de importantes documentos orientadores, a **Bússola Estratégica** na União Europeia e o novo **Conceito Estratégico da NATO.**

A nível nacional **é minha intenção que possam ser apresentadas a esta Assembleia, até ao final do ano, as bases do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Espero poder contar com a colaboração dos Deputados e Deputadas deste Parlamento** para afirmar, com clareza, o papel estruturante que este documento

tem, não apenas no planeamento de Defesa, mas também no planeamento estratégico nacional. É neste contexto em rápida evolução e com contornos ainda incertos, que iremos confrontar problemas antigos e complexos, mas também responder a novos desafios, incluindo os que decorrem da alteração fundamental na ordem de segurança europeia causada pela invasão da Ucrânia pela Rússia.

O orçamento para 2022 responde já, de forma direta, a este contexto de guerra, prevendo a cobertura orçamental do esforço que poderá ser pedido ao nosso país para cumprir os compromissos perante a NATO, a União Europeia e o apoio que decidimos prestar à Ucrânia. **É com esse propósito que este orçamento inclui normas que salvaguardam as nossas obrigações coletivas e que garantem que as mesmas serão cumpridas, assim que tal nos seja solicitado.** Em particular, o

artigo 135º assegura a projeção de Forças Nacionais Destacadas para o flanco leste da Aliança Atlântica, enquanto o artigo 136º assegura os nossos compromissos no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz da União Europeia.

A incerteza e imprevisibilidade do momento exigem flexibilidade. Essa flexibilidade permitiu já antecipar, para o primeiro semestre do ano, o envio de uma Força do Exército, com várias capacidades para a Roménia, enquanto parte de uma missão de vigilância e dissuasão da NATO.

Perante este contexto único e desafiante, o orçamento para 2022 é estruturado em três eixos fundamentais: o foco **nas pessoas (as atuais e os antigos combatentes)**; um **reforço claro das capacidades para o cumprimento das missões das Forças**

**Armadas**, incluindo as de apoio à população; e a **participação ativa de Portugal enquanto produtor de segurança internacional**.

O primeiro eixo são as PESSOAS. Quero reafirmar que faço desta a minha primeira prioridade de ação. Por isso mesmo, foi possível nas primeiras semanas do meu mandato autorizar, em colaboração com o Ministério das Finanças, **as promoções anuais que estavam há uma década a ser sistematicamente empurradas para o final do ano. As promoções irão assim abranger quase 5.800 militares**. Penso que este é um importantíssimo sinal no sentido da valorização de todos os militares que servem as Forças Armadas.

De igual forma, nas primeiras visitas que fiz aos 3 ramos e ao EMGFA, tive a oportunidade de escutar os desafios com que as nossas Forças Armadas se continuam a deparar, incluindo os de

recrutamento, retenção e transição para a vida civil após o fim dos contratos. Sabemos bem quais as medidas que podemos e devemos adotar para melhorar essa situação. **É por isso que aproveito esta oportunidade para anunciar que iremos avançar com a criação do Quadro Permanente de Praças no Exército e na Força Aérea**, um objetivo há muito almejado por estes ramos. Espero ser possível, nos próximos meses, concretizar o processo legislativo necessário para concretizar esta importante medida, incluída já no Plano de Ação para a Profissionalização e no Programa de Governo.

A valorização de todos **aqueles e aquelas que serviram e servem Portugal** dá-se também com a **operacionalização do Estatuto do Antigo Combatente**, aprovado por um amplo consenso nesta Casa. Para além de todos os restantes direitos previstos nesse Estatuto, é da mais elementar justiça **implementar plenamente a**

**gratuidade do passe em linha ou de zona para os Antigos Combatentes**, pelo que foi prevista neste Orçamento uma transferência no **valor de 10M€**, a concretizar no decurso da execução orçamental.

Este é também um orçamento que **reforça as verbas associadas à Assistência na Doença aos Militares (ADM) em 1M€**, representando um aumento de 5% em receitas de impostos, de 20M€ para 21M€. Por outro lado, é possível continuar a valorizar os antigos combatentes por outras vias importantes, como por exemplo, através do aumento das subvenções atribuídas à Liga dos Combatentes e à Associação de Deficientes das Forças Armadas.

O Ministério da Defesa Nacional continua empenhado em **atrair as melhores pessoas para as Forças Armadas**. O número global

de incorporações mantém-se acima das 3 mil. Nos últimos dez anos, apenas em 2012 e 2016 existe registo de um número de incorporações superior ao registado o ano passado, em 2021. **O Dia da Defesa Nacional (DDN) tem desempenhado um papel relevante para alcançar estes números e representa uma peça fulcral na relação entre a juventude e a Defesa Nacional.** Desde 2004, e apesar dos constrangimentos impostos pela pandemia da COVID-19, já participaram no DDN mais de um milhão e quatrocentos mil jovens. A 18ª edição, que teve início a 10 de janeiro e termina a 15 de dezembro de 2022, contará com o maior número de cidadãos convocados desde sempre (165.627) para exercerem aquilo que é tanto um dever como um direito de cidadania plena.

**Só que, claro, não basta recrutar. Importa saber reter e requalificar em igual medida.** Iremos, por isso, **monitorizar e**

**adaptar medidas conjunturais e estruturais, previstas no referido Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar (PAPSM) e no Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade (PSDNI).** Estamos cientes que a realidade é dinâmica e que teremos de nos adaptar face a novas alterações do contexto. Mas o **trabalho realizado, por exemplo, pelo Centro de Informação e Orientação para a Formação e Emprego (CIOFE),** continuará central para proporcionar aconselhamento de carreira aos nossos militares, no âmbito da profissionalização das Forças Armadas, e sobretudo no que diz respeito à transição dos militares e ex-militares em Regime de Voluntariado e Contrato para a sociedade civil.

O segundo eixo são as **CAPACIDADES, centrando-se no reforço e na modernização das Forças Armadas, quer em termos de equipamentos, quer em termos de infraestruturas.**

É clara a aposta que temos de fazer em equipamentos de duplo uso e em programas conjuntos e colaborativos. Só apostando num **esforço colaborativo entre os poderes públicos, o sistema científico nacional e a indústria de defesa, é que conseguiremos fomentar não só a economia de defesa, como a economia nacional**, promovendo a inovação, criando emprego e riqueza que terão um impacto concreto na melhoria das condições de vida das pessoas.

Só conseguiremos atingir tais objetivos se desenvolvermos a nossa Base Tecnológica e Industrial de Defesa, atendendo às capacidades militares necessárias para a prossecução das múltiplas missões das Forças Armadas. A Lei de Programação Militar assume a esse respeito uma função primordial de alavancagem da indústria de defesa. **Para o ano de 2022,**

**encontra-se assim previsto um montante de 355M€ para o reequipamento e modernização das Forças Armadas, verificando-se um crescimento efetivo em 20M€ de investimento.**

Esse acréscimo será consignado a um conjunto de projetos relevantes, incluindo a aquisição das aeronaves militares de transporte estratégico KC-390, a construção de navios de patrulha oceânica ou a ampliação das responsabilidades e meios de ciberdefesa – três programas que permitirão a Portugal lidar com as ameaças do presente e os desafios do futuro, **em linha com os nossos aliados.**

Neste âmbito, posso também anunciar que assinei a semana passada a Diretiva ministerial para a Revisão da Lei de Programação Militar. Esta diretiva, que marca um sinal político

importante neste processo, foi elaborada com o objetivo explícito de **repor a disponibilidade operacional do nosso sistema de forças e de assegurar uma posição de reservas de guerra para níveis compatíveis com o novo cenário geopolítico.**

Este governo continuará ainda a fomentar a **participação em programas conjuntos e combinados**, quer no seio da Aliança Atlântica, quer no seio da União Europeia. Nesta matéria, destaco o anúncio recente que a Academia do Arsenal do Alfeite foi selecionada para integrar a rede de aceleradores de Inovação da NATO, e que o Centro de Experimentação Operacional da Marinha foi selecionado como centro de testes para o desenvolvimento de veículos não tripulados. Ambos os casos representam uma **oportunidade ímpar para a integração do nosso país, das nossas empresas e da nossa investigação, numa rede de inovação internacional dirigida para a vanguarda tecnológica e para**

**soluções de duplo uso.** Este Governo dará todo o seu apoio a este desígnio, com efeitos multiplicadores evidentes no tecido económico nacional.

Mas reforçar as capacidades das Forças Armadas significa também valorizar, dignificar e rentabilizar o património da Defesa Nacional. Estão, por isso, previstos cerca de **22M€ no orçamento da Lei de Infraestruturas Militares, que serão investidos na manutenção, construção, reparação, reabilitação, e beneficiação do património do Estado afeto à defesa.**

O terceiro eixo deste orçamento dá cumprimento ao **EMPENHAMENTO INTERNACIONAL das nossas Forças Armadas,** as quais continuarão a estar presentes onde os interesses vitais de Portugal e os seus compromissos, presentes ou futuros, assim o determinarem.

Prevê-se, por isso, um **orçamento total de 73M€ para as Forças Nacionais Destacadas, mais 2M€ do que em 2021**, representando um **aumento de 3,2% em receitas de impostos e um aumento de 2,8%, em termos globais.**

Estes montantes permitirão a Portugal **cumprir os seus compromissos com um total de 23 missões distintas no quadro das várias Organizações Internacionais a que pertencemos**, nomeadamente no quadro da NATO, da ONU e da União Europeia, **a par de outras 11 missões de carácter bilateral ou multilateral.** Este esforço continuará a ser caracterizado **pela elevada credibilidade conseguida perante os nossos aliados e pelo amplo reconhecimento da nossa sociedade.**

Ao nível da **Cooperação no Domínio da Defesa**, a presente proposta orçamental garantirá o desenvolvimento das atividades que decorrem de Programas-Quadro já em curso, ou que serão assinados a muito curto prazo como, por exemplo, com Angola e São Tomé e Príncipe. É ainda acolhida a medida de **contratação de um seguro de saúde que garanta a assistência na doença aos militares em missão de cooperação**, por forma a assegurar todas as condições para o desempenho das suas missões.

A nossa **Ação Externa de Defesa** atribuirá também um enfoque particular à **Agenda Mulheres, Paz e Segurança em todos os contactos de alto nível com os nossos parceiros**. Encontra-se também em curso a **revisão do dispositivo de Adidos de Defesa**, com o objetivo de se responder às exigências que atualmente se colocam às relações externas de Defesa. **Pretende-se, em particular, que essa rede contribua de forma mais ativa para o**

**desenvolvimento da economia de Defesa e para a promoção das indústrias de Defesa nacionais.**

É ainda dada prioridade ao desenvolvimento de **projetos com valor multiplicador e relevo internacional**, como a edificação do **Centro do Atlântico** na Região Autónoma dos Açores, para o qual esperamos adotar brevemente uma Estrutura de Missão que permita capitalizar os importantes ganhos alcançados nos últimos anos e que levaram já 20 países atlânticos a aderir a esta iniciativa liderada por Portugal.

Por último, salientaria ainda uma importante medida deste orçamento relativa ao **Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Rurais (DECIR)**. Os três últimos anos contaram já com o maior dispositivo de sempre, com a disponibilidade de 60 meios aéreos assegurada pela Força Aérea. Portugal nunca teve tantas

aeronaves disponíveis na altura mais crítica de incêndios. Durante este mês, estão já disponíveis 37 meios no dispositivo, em linha com o planeamento existente. **O programa de edificação da capacidade própria do Estado de meios aéreos de combate a incêndios rurais será, assim, executado através de um investimento de 26.9M€ (dos quais 14M€ através do PRR). Será também reforçada a dotação para a locação de meios aéreos de combate aos incêndios rurais no valor de 67.7M€, mais 18.7M€ do que no ano anterior.** Continuaremos ainda a incentivar a adoção de medidas que reduzam a pegada ambiental da Defesa Nacional e a inclusão desta área na economia circular, sem que isso afete a eficácia operacional.

Acima de tudo, este orçamento representa um esforço indispensável para corresponder aos compromissos assumidos com os portugueses, com os nossos aliados e na promoção da paz

e estabilidade, mantendo uma gestão eficiente e rigorosa dos recursos disponíveis.

Muito obrigada.